



**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 6ª EMISSÃO DE
DEBENTURES PARTICIPATIVAS DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE,
REALIZADA NO DIA DEZESSEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DOIS**

COMPANHIA ABERTA
CNPJ 33.592.510/0001-54
NIRE 33.300.019.766

01 - LOCAL, DATA E HORA:

Na sede da sociedade, na Avenida Graça Aranha, 26, 19º andar, nesta Cidade, no dia 16 de setembro de 2002, às 16:00hs.

02 - MESA:

Presidente: Sr. Fernando Ramos Nóbrega
Secretário: Sr. Felipe Coimbra Aloí André

03 - PRESENÇA E "QUORUM":

Presentes os debenturistas representando 68,62% do total das debêntures em circulação, conforme registro no Livro de Presenças de Debenturistas; SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., na qualidade de Agente Fiduciário da Emissão, representado pelo Sr. Felipe Coimbra Aloí André, bem como a Sra. Katia Christina V. Rabelo de Melo, representante da Emissora Companhia Vale do Rio Doce, constatando-se, dessa forma, a existência de "quorum", para as deliberações que constam da Ordem do Dia

04 - CONVOCAÇÃO:

Edital de 1ª Convocação: publicado no Jornal do Commercio nos dias 31 de agosto de 2002, 01/02 e 03 de setembro de 2002; no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nos dias 02, 03 e 04 de setembro de 2002, e no Diário do Comércio e Indústria nos dias 31 de agosto de 2002 - 01/02 de setembro de 2002, 03 e 04 de setembro de 2002, com a seguinte Ordem do Dia:

- 4.1 - Inclusão de item 6 à letra (j) constante da Cláusula III do Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Participativas de 6ª Emissão da Companhia Vale do Rio Doce, com vistas a regular a forma de pagamento do prêmio das Debêntures;



4.2 - Ratificar os atos e procedimentos adotados em virtude do registro da emissão junto a CVM, e

4.3 - Outros assuntos de interesse dos debenturistas.

05 - LEITURA DE DOCUMENTOS:

5.1 - Foram lidos a Proposta de Alteração da Escritura, bem como Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Participativas da Companhia Vale do Rio Doce sendo os mesmos autenticados pela Mesa e arquivados na sede da sociedade.

06 DELIBERAÇÕES APROVADAS POR MAIORIA:

6.1 - A lavratura da presente ata em forma sumária e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos debenturistas presentes, na forma do artigo 130, § 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76;

6.2 - a inclusão de item 6 à Cláusula III (j) do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Participativas da Companhia Vale do Rio Doce, cuja redação encontra-se transcrita abaixo, com a conseqüente autorização para o Agente Fiduciário firmar o Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Participativas da Companhia Vale do Rio Doce, zelando pelas salvaguardas legais:

"(j) Remuneração. As debêntures farão jus a um prêmio obtido de acordo com os seguintes critérios e parâmetros:

6. Acumulação e Adiamento do Pagamento. Na hipótese em que o valor do prêmio anualizado e acumulado a que fizerem jus os debenturistas, nas respectivas datas de pagamento, for inferior a R\$ 0,01 (um centavo de real) por debênture, terá a Emissora a faculdade de adiar o pagamento do prêmio, de forma cumulativa até o próximo pagamento, ou período futuro cuja soma venha a perfazer o valor mínimo acima determinado.

Neste caso, o valor do prêmio deverá ser acumulado para o próximo Período de Apuração (Cláusula III, (j), item 5) e acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir das datas de apuração previstas até o mês anterior ao do efetivo pagamento e de 1% no mês em que o recurso for disponibilizado ao debenturista."

6.3 - ratificar as alterações constantes do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Participativas da Companhia Vale do Rio Doce em virtude das



exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários (OFÍCIO/CVM/SRE/GER-2/Nº888/2002) com relação ao Pedido de Registro de Negociação Pública de Debêntures Participativas Subordinadas e Não Conversíveis em Ações junto à Comissão de Valores Mobiliários, cuja redação passa a vigorar da seguinte forma:

**“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE
6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE**

...

II. DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures objeto desta escritura será feita com a observância dos seguintes requisitos:

(a) Emissão Privada. A emissão será privada destinando-se à colocação exclusiva junto aos acionistas da Emissora, dispensado o seu registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), salvo o disposto na Cláusula III, letra (e) desta Escritura, quando as debêntures se tornarem públicas e deverão ser registradas perante a CVM, nos termos do Art. 2º, Inciso III da Instrução CVM nº 88/88, com vistas a possibilitar a negociação das mesmas em mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures sob administração da ANDIMA- Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalização da CETIP-Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.”

“III. DA EMISSÃO

As debêntures objeto desta escritura não serão conversíveis em ações, tendo a emissão as seguintes características:

...

(d) Forma. As debêntures serão nominativas e escriturais, sendo os certificados de emissão facultativa e não negociáveis. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures (“Banco Escriturador”). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o “Relatório de Posição de Ativos”, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND.

...

(j) Remuneração. As debêntures farão jus a um prêmio obtido de acordo com os seguintes critérios e parâmetros:



...

5. Período de Apuração e Pagamento da Remuneração: O Faturamento Líquido será apurado em cada semestre fiscal em moeda corrente do país. A remuneração das debêntures será paga semestralmente, nos dias 31 de março e 30 de setembro de cada ano.

...

(n) Atualização do Valor Nominal. As debêntures terão o valor nominal atualizado a partir da data de sua emissão de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - IGPM calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV") e publicado na Revista Conjuntura Econômica da FGV ou por outro índice que o venha substituir ou, na ausência de apuração e/ou divulgação do número índice por prazo superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para a sua divulgação ou na hipótese de extinção ou impedimento legal de utilização do IGPM/FGV, por índice que venha a ser sugerido pela CVRD e aceito ou não pelos debenturistas, reunidos em assembleia a fim de deliberar sobre a matéria, a ser convocada pelo Agente Fiduciário em 30 (trinta) dias da constatação de impossibilidade de utilização do referido índice, e que reflita a desvalorização da moeda nacional. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na Escritura, a última variação percentual do IGPM/FGV.

...

(p) Local de Pagamento. Os pagamentos relativos ao principal, à remuneração e ao prêmio a que fizerem jus os debenturistas serão efetuados utilizando-se, conforme o caso, (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND ou (ii) para os debenturistas que não estejam vinculados este sistema, por meio do Banco Escriturador.

...

(r) Publicidade. Todos os atos e decisões relacionados com a emissão objeto desta escritura e que envolvam interesses dos debenturistas serão veiculados, sob a forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, e nos demais jornais habitualmente utilizados pela Emissora, conforme determina o Art. 289 da Lei nº 6404/76."

"V. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A Emissora nomeia e constitui a SLW Corretora de Valores Mobiliários LTDA. como Agente Fiduciário desta emissão, qualificada no preâmbulo desta escritura, o qual neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da Lei e da presente escritura, representar perante a Emissora, a comunhão dos titulares das debêntures

(a) O Agente Fiduciário dos debenturistas, nomeado na presente escritura declara:

4



1. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme previsto no artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6404/76 e Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que ora lhe é cometida. A Emissora também declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça a este de exercer suas funções na presente emissão;

2. aceitar as funções que lhe são atribuídas, assumindo os deveres e as obrigações previstos nesta escritura e na legislação pertinente;

3. aceitar integralmente a presente escritura.

(b) Remuneração:

O Agente Fiduciário receberá da Emissora, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, a título de honorários, a remuneração anual de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a serem pagos em duas parcelas semestrais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira parcela na data de assinatura desta escritura e as parcelas subsequentes a cada seis meses a contar desta data, sempre nos meses de junho e dezembro.

A remuneração do Agente Fiduciário será reajustada anualmente pelo mesmo índice indicado na letra "n" da Cláusula III desta escritura, ou seja, atualizadas pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data da emissão.

A remuneração não inclui as despesas consideradas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesse dos debenturistas, tais como as despesas incorridas com publicações, transportes e estadias, conforme previsto na Cláusula V (f) 3, que deverão ser reembolsadas pela Emissora mediante (i) prévia consulta à Emissora; e (ii) apresentação dos respectivos comprovantes (aceitos pela legislação fiscal para dedução de despesas, exceto no caso de despesas miúdas, que poderão ser comprovadas por meio de recibos simples) e desde que sejam razoáveis e estritamente necessárias ao cumprimento dos deveres do Agente Fiduciário.

(c) Substituição:

...

6. O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o Agente Fiduciário na letra (b) desta Cláusula.

7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos baixados pela CVM.

...

(f) Despesas do Agente Fiduciário:

...



5. Na hipótese de Vencimento Antecipado, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelo debenturistas incluem, também, os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas."

6.4 – Retificação do texto constante do item 2.1 da Cláusula Segunda do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Participativas da Companhia Vale do Rio Doce, onde constou 24 de julho de 1997, lê-se 24 de junho de 1997.

6.5 – As deliberações da União Federal foram tomadas de acordo com a Portaria nº 400, de 10 de setembro de 2002 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, publicada no DOU de 11 de setembro de 2002, cujo voto foi acompanhado pelo Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, e do BNDES Participações S.A. BNDESPAR.

6.6 – Foi consignada, ainda, a abstenção da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, com relação ao item (b) constante da Ordem do Dia da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.

07 – FORMA DE LAVRATURA:

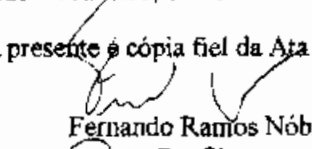
De acordo com o disposto nos parágrafos 1º do Artigo 130 da Lei nº. 6.404/76, tendo em vista a unânime deliberação dos debenturistas presentes.

08 – ENCERRAMENTO:

E, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, os trabalhos foram encerrados com lavratura desta Ata, assinada pelo Presidente da Assembleia, pelo Agente Fiduciário, por mim Secretário que a lavrei pela totalidade dos debenturistas. Ficou incumbido o Agente Fiduciário de tomar todas as providências necessárias a implementação das deliberações ora adotadas. A Emissora, por sua vez, assumiu a obrigação de levar a presente ata a arquivamento no Registro do Comércio e a efetuar as devidas comunicações à CVM e ao CETIP.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2002.

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.


Fernando Ramos Nóbrega
Presidente


Fernando Coutinho Aloi André
Secretário

